

5. Considerações finais

Para finalizar o trabalho, voltar-se-á a alguns pontos estruturais norteadores. O primeiro ponto constatado sobre as políticas habitacionais implantadas no município é que as mesmas foram reflexos do processo de acumulação e reprodução da força do trabalho e isso repercutiu na organização do espaço urbano. Tais políticas originaram da pressão do crescimento populacional e do êxodo rural e foram constituídas para atender a uma demanda reprimida, à manutenção da ordem, uma vez que foram impostas. Os conjuntos provenientes dessas políticas foram construídos para uma população de baixo poder aquisitivo e representam áreas em que a segregação é uma constante.

Pôde - se observar ainda a manutenção de uma falta de continuidade no que diz respeito ao estabelecimento de políticas públicas no município. Da extinção do BNH até 2011, notou-se uma estagnação de políticas e, atualmente, o PAC 2, implantado no município, continuou perpetuando as mesmas práticas segregadoras presentes nos projetos anteriores.

Constatou-se também que os conceitos de espaço geográfico e paisagem podem contribuir para o entendimento das transformações do espaço urbano, uma vez que o espaço geográfico é mutável e diferenciado e por isso suscetível à segregação espacial. O espaço é produto social e mediador da existência da própria sociedade, que é uma produção aberta e contínua e, por isso, não neutro, produzido por lutas travadas entre as classes sociais. Já a paisagem urbana que expressa os antagonismos e as contradições do espaço geográfico, seria uma representação desse espaço.

Tanto a discussão do espaço como o da paisagem possibilitou uma compreensão da organização do espaço urbano do município, produto das decisões dos agentes sociais comandados pela flexibilidade do capital, da sociedade e do Estado, via execução de políticas públicas habitacionais.

A análise dos conjuntos habitacionais tornou possível perceber a atuação diferenciada dos agentes sociais produtores do espaço urbano. Esses operaram em múltiplas escalas, tendo por base relações de resistência, negociação e cooptação,

com atuações que se alternaram no decorrer da história e contribuíram para a metamorfose do espaço urbano muriaeense.

Diante dessas transformações, a institucionalização do plano diretor torna-se estratégico para pôr ordem a desordem, porém os desafios são muitos. Dentre eles, destaca-se repensar o papel do município como agente da política urbana, criando mecanismos para aquisição junto ao governo de recursos econômicos, além de qualificação técnica e integração entre os órgãos do poder público municipal responsáveis pelas políticas habitacionais. Também se deve pensar de forma crítica a dimensão regulatória e aplicação das leis urbanas estabelecidas tanto no estatuto das cidades quanto no plano diretor municipal, bem como ao incentivo às políticas de fomento para a redução do déficit habitacional, além da implantação de políticas de desenvolvimento urbano que ordenem o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Porém o que se constou é que o município carece de apoio econômico para se tornar o agente local da política urbana, o que dificulta a implantação da regularização fundiária bem como a concretização de programas de fomento para que as sustentabilidades (territorial, social e política) possam ser implantadas no espaço da cidade.

Ficou evidenciado, ainda, que nem todas as pessoas percebem as representações do espaço urbano. De forma geral, os moradores, integrantes ou não da associação de bairro, mostraram uma inquietação e uma insatisfação frente à localização do conjunto, aos problemas ambientais, bem como aos problemas de segurança.

O grau de satisfação em residir no conjunto também variou: se por um lado havia grupos que não percebiam aquela área como segregada e se sentiam felizes em manter nelas residência, havia outros que percebiam a segregação frente à escassez de equipamentos de infraestrutura naquelas respectivas áreas. Foi notada também uma forte desagregação e falta de união entre os moradores e associação de bairro, bem como um imobilismo da associação frente a cobranças como melhorias de infraestrutura e segurança. Entretanto, há grupos que não aceitam a acomodação e estão sempre inquietos, mostrando, pois, potencialidades para

promoção de movimentos que visem romper com a realidade atual, de forma a superar a crise urbana pela qual a cidade passa.

Os efeitos colaterais dessa crise são muitos: ampliação da especulação imobiliária, a pobreza urbana, segregação residencial, aumento da criminalidade e da violência, ausência de planejamento e vontade política, bem como a banalização do espaço diante da imobilização de grupos diante dos problemas da cidade.

A proposta deste trabalho para a superação da crise urbana no município é que haja, por meio da implantação das sustentabilidades, aplicação dos instrumentos de gestão urbana, como a reforma urbana e o planejamento democrático, o desenvolvimento de metas, objetivos e instrumentos com a participação de todos os agentes sociais, incluindo a participação dos agentes segregados.